

## I - RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL: NOVEMBRO/98

O Tesouro Nacional apresentou um superávit primário de R\$ 333,4 milhões em novembro. O resultado acumulado no ano totaliza um superávit de R\$ 9,4 bilhões, superando em R\$ 5,1 bilhões o saldo acumulado em igual período de 1997, o que corresponde a uma melhora de 0,6 ponto percentual do PIB comparativamente ao ano anterior.

<b>NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOURO NACIONAL (*)</b>						
Em R\$ milhões	1997		1998		1997	1998
	OUT	NOV	OUT	NOV(1)	JAN-NOV	JAN-NOV
<b>I - RECEITA TOTAL</b>	<b>9.925,1</b>	<b>9.408,1</b>	<b>9.548,3</b>	<b>11.167,4</b>	<b>103.020,1</b>	<b>123.942,6</b>
I.1. Administrada pela SRF	9.411,3	8.884,1	9.234,2	8.683,5	95.510,1	106.505,9
I.2. Restituições (-)	-267,6	-214,5	-426,9	-226,8	-2.561,6	-3.314,4
I.3. Diretamente Arrecadada	558,4	564,7	570,8	489,1	6.189,4	6.275,1
I.4. Demais	283,0	203,8	213,3	2.291,6	4.500,3	15.187,0
I.5. Incentivos Fiscais	-60,0	-30,0	-43,2	-70,1	-618,1	-711,0
<b>II - DESPESA TOTAL</b>	<b>10.792,9</b>	<b>8.397,6</b>	<b>9.930,5</b>	<b>10.834,0</b>	<b>98.758,2</b>	<b>114.582,3</b>
<b>II.1. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>2.143,7</b>	<b>2.082,2</b>	<b>1.991,9</b>	<b>2.100,8</b>	<b>21.916,7</b>	<b>24.742,9</b>
<b>II.2. DESPESAS DA ADM.FEDERAL</b>	<b>7.382,9</b>	<b>6.853,2</b>	<b>7.257,0</b>	<b>8.550,5</b>	<b>74.887,4</b>	<b>87.328,0</b>
II.2.1. Pessoal e Encargos	3.200,3	3.036,9	3.618,2	4.804,0	36.567,7	43.401,0
II.2.2. Despesas de Custeio e Capital	4.182,6	3.816,3	3.638,8	3.746,5	38.319,8	43.927,0
II.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego	299,4	441,1	425,0	337,9	4.008,3	4.084,9
II.2.2.2 - Desapropriação de Terra Para Reforma Agrária	146,3	98,6	85,1	97,7	601,6	479,4
II.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital	3.736,9	3.276,6	3.128,7	3.310,9	33.709,8	39.362,6
<b>II.3. SUBSÍDIOS</b>	<b>1.266,4</b>	<b>-537,9</b>	<b>681,6</b>	<b>182,7</b>	<b>1.954,0</b>	<b>2.511,4</b>
II.3.1. Operações Oficiais de Crédito	1.224,0	-603,9	616,6	136,6	1.682,5	1.817,9
II.3.2. Fundos Regionais	42,4	66,1	65,0	46,1	271,5	693,5
<b>III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)</b>	<b>-867,8</b>	<b>1.010,5</b>	<b>-382,3</b>	<b>333,4</b>	<b>4.261,9</b>	<b>9.360,3</b>
<b>IV - RESULTADO PRIMÁRIO / PIB</b>					<b>0,5%</b>	<b>1,1%</b>

(\*) Governo Central exceto arrecadação própria e benefícios pagos pelo INSS e Bacen.

(1) Dados Preliminares

A receita administrada líquida de restituições apresentou redução mensal de R\$ 350,6 milhões (-4,0%) em função dos seguintes fatores: i) no mês de outubro havia sido paga a primeira cota ou cota única relativa ao balanço trimestral encerrado no mês anterior, o que levou a recolhimentos sazonalmente menores do IRPJ e da CSLL, em novembro, da ordem de R\$ 209,8 milhões (-28,8%) e de R\$ 208,5 milhões (-34,6%), respectivamente; e ii) menor recolhimento no IRRF-Remessas ao Exterior, de R\$ 91,6 milhões (-44,1%), em virtude da redução do volume dessas remessas. Como fatores que influíram no aumento da arrecadação, destacam-se os acréscimos de R\$ 319,1 milhões (44,8%) verificados na arrecadação do IRRF-Rendimentos do Trabalho, devido ao pagamento da segunda parcela do 13º salário, especialmente do setor público, e de R\$ 55,0 milhões

(361,8%) no ITR, em função do pagamento da primeira cota ou cota única do exercício de 1998.

Apesar da menor receita administrada líquida, a receita total do Tesouro Nacional apresentou um crescimento mensal de R\$ 1,6 bilhão (16,9%), associado aos recebimentos de dividendos complementares do BNDES, no valor de R\$ 673,1 milhões, e à incorporação das transferências, para a Conta Única do Tesouro Nacional, dos saldos positivos apresentados pelas denominadas Contas Petróleo, Derivados e Álcool, instituídas pela Lei nº 4.452/64<sup>1</sup>. Cabe destacar que o montante de R\$ 1,4 bilhão, apropriado em novembro, corresponde aos superávits gerados pelas referidas contas no período de junho a novembro deste ano.

Até o período, a receita total apresentou crescimento de R\$ 20,9 bilhões (20,3%) comparativamente à arrecadação de igual período de 1997, sendo que a receita administrada líquida cresceu R\$ 10,2 bilhões (11,0%) e, as demais receitas, R\$ 10,7 bilhões (237,5%). Contribuíram para o desempenho da receita administrada: i) o aumento de alíquotas do Imposto de Importação, do IRRF-Trabalho e do IRRF sobre rendimentos de aplicações em renda fixa; ii) a nova sistemática de tributação mensal das aplicações em fundos de renda fixa, a partir do mês de julho, além daquela sobre os saldos acumulados até 31.12.97; e iii) a arrecadação da CPMF em janeiro deste ano, sem equivalente no ano anterior. Nas demais receitas, merecem destaque: i) as provenientes da outorga de serviços de telecomunicações, no valor de R\$ 9.322,9 milhões; ii) o pagamento de participações e dividendos, de R\$ 1.418,6 milhões; e iii) as receitas dos saldos positivos da Conta Petróleo.

A despesa total apresentou crescimento, em relação a outubro, de R\$ 903,5 milhões (9,1%), explicado pelo aumento do gasto com pessoal e encargos no mês, superior em R\$ 1,2 bilhão, devido ao pagamento da segunda parcela do 13º salário do funcionalismo público.

Embora as despesas de custeio e capital tenham sido R\$ 107,7 milhões superiores às ocorridas no mês de outubro, cumpre salientar que o total das despesas desta rubrica nos dois últimos meses tem se situado bem abaixo da média dos nove primeiros meses deste ano que foi de R\$ 4,1 bilhões, o que comprova a eficácia dos diversos mecanismos de controle da despesa instituídos a partir do Decreto nº 2.773/98.

Destaque-se também a redução das despesas com subsídios em R\$ 498,9 milhões, dado que o impacto fiscal decorrente das equalizações efetuadas por conta da securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/95) ocorreu apenas no mês de outubro. Os gastos com incentivos à agricultura e às exportações nacionais, realizados por meio das operações oficiais de crédito, somaram R\$ 136,6 milhões. Deste total, R\$ 64,0 milhões destinaram-se às operações de Aquisições do Governo Federal - AGF, utilizadas para compra de produtos agrícolas e para fazer face às despesas com a manutenção de estoques junto à

---

<sup>1</sup> O procedimento de transferência está estabelecido pelo Art. 22 da MP no. 1755-9/98.

Conab. Foram vendidos R\$ 42,2 milhões dos estoques de AGF, resultando em uma despesa líquida com essas operações da ordem de R\$ 21,7 milhões.

Foram liberados R\$ 1,7 milhões para operações de EGF (Empréstimos do Governo Federal) e R\$ 13,8 milhões para empréstimos de custeio e investimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Além disso, foram liberados R\$ 10,0 milhões para o programa de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e R\$ 20,2 milhões para equalização de custeio agropecuário.

Foram destinados, também, R\$ 69,2 milhões, para fazer face às despesas com a equalização de taxas, ao Programa de Financiamento à Exportações - Proex, com a finalidade de conceder financiamentos a exportadores.

## II - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL: NOVEMBRO/98

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado situou-se em R\$ 94,1 bilhões, equivalente a 10,4% do PIB, mantendo praticamente o mesmo percentual em relação ao mês anterior, quando registrou R\$ 95,0 bilhões, correspondente a 10,6% do PIB.

<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO</b>			
<b>SALDOS EM R\$ MILHÕES</b>		<b>1998</b>	
	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>6.235</b>	<b>18.714</b>	<b>17.983</b>
I.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	172.865	193.107	198.213
I.2 - Dívida Contratual da STN	-116.764	-122.425	-127.208
I.3 - Dívida Contratual de Fundos , Autarquias e Fundações	-49.866	-51.968	-53.023
I.3.1 - Fat	-35.558	-35.991	-36.734
I.3.2 - Demais Entidades	-14.308	-15.977	-16.289
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>75.165</b>	<b>76.265</b>	<b>76.101</b>
II.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	58.000	58.256	58.542
II.2 - Títulos Depositados em Garantia	-4.198	-4.111	-4.182
II.3 - Dívida Contratual	21.722	22.472	22.119
II.4 - Disponibilidades	-359	-352	-378
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL</b>	<b>81.400</b>	<b>94.979</b>	<b>94.083</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB</b>	<b>9,0%</b>	<b>10,6%</b>	<b>10,4%</b>

(\*) Dados Preliminares.

O comportamento da dívida líquida é explicado basicamente pelo acréscimo nos haveres relativos à dívida contratual da STN - que passaram de R\$ 122,4 bilhões, em outubro, para R\$ 127,2 bilhões, em novembro – e pelas aplicações financeiras de fundos, fundações e autarquias – que subiram de R\$ 52,0 bilhões, para R\$ 53,0 bilhões em igual período de comparação. Tal acréscimo foi contrabalançado, em parte, pelo crescimento da DPMF em mercado, que passou de R\$ 193,1 bilhões, em outubro, para R\$ 198,2 bilhões, em novembro.

### II.1 - Dívida Interna

#### II.1.1 - Dívida Mobiliária

Em novembro, o saldo da DPMF em poder do mercado atingiu R\$ 198,2 bilhões, equivalente a 22,0% do PIB, contra R\$ 193,1 bilhões, ou 21,5% do PIB, no mês anterior. Apesar da redução do estoque de LTN em R\$ 3,7 bilhões, o crescimento da DPMF em mercado esteve associado: i) às emissões de LFT - cujo

saldo aumentou R\$ 9,5 bilhões, passando de R\$ 108,4 bilhões, em outubro, para R\$ 117,9 bilhões, em novembro; e ii) às colocações de LFT-B, que apresentaram um crescimento em mercado de quase R\$ 1,9 bilhão.

**TESOURO NACIONAL-DPMF**

*Saldos em R\$ mil correntes*

	SET	1998 OUT	NOV
<b>I. DIVIDA MOBILIARIA TOTAL</b>	<b>275.443</b>	<b>298.387</b>	<b>317.159</b>
<b>I.1 Dívida com Mercado</b>	<b>172.865</b>	<b>193.107</b>	<b>198.213</b>
I.1.01 LTN	17.828	8.519	4.822
I.1.02 LFT	89.804	108.405	117.861
I.1.03 LFT-A	1.626	2.191	2.339
I.1.04 LFT-B	17.323	17.989	19.846
I.1.05 NTN-A	4.893	4.815	4.870
I.1.06 NTN-D	24.666	24.637	24.490
I.1.07 CFT-D		3.774	3.818
I.1.07 Demais	16.725	22.777	20.168
<b>I.2 Dívida com BACEN</b>	<b>102.578</b>	<b>105.280</b>	<b>118.945</b>
I.2.01 LTN	15.432	15.255	15.537
I.2.02 NTN-D	0	0	0
I.2.03 LFT-A	68.186	70.075	81.902
I.2.04 Demais	18.959	19.949	21.506
<b>II Dívida MERCADO/PIB</b>	<b>19,2%</b>	<b>21,5%</b>	<b>22,0%</b>

O quadro a seguir resume os principais fatos ocorridos com a dívida mobiliária em mercado no período, quanto às emissões, resgates e cancelamentos efetuados:

<b>EVOLUÇÃO DA DIVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO</b>			
<b>EMISSÕES, RESGATES E CANCELAMENTOS</b>			
	<b>R\$ milhões</b>		
<b>Fatos</b>	<b>Financeiras</b>	<b>Não financeiras</b>	<b>Total</b>
I. Emissões	12.400	13.405	25.805
II. Resgates	10.321		10.321
III. Cancelamentos	3.431		3.431
IV. Valor líquido (I-II-III)	-1.353	13.405	12.053

Observa-se uma colocação líquida total de R\$ 12,1 bilhões no mês. O volume de emissões financeiras foi R\$ 12,4 bilhões, enquanto o principal resgatado ficou em R\$ 10,3 bilhões, sendo efetuados cancelamentos de R\$ 3,4 bilhões. As emissões não financeiras atingiram R\$ 13,4 bilhões.

As emissões relativas à assunção das dívidas dos estados perfizeram um valor total de R\$ 11,9 bilhões. Foram realizadas colocações especiais com base na renegociação da dívida do estado do Rio Grande do Sul, sendo R\$ 772,3 milhões em LFT-B junto à Caixa Econômica Federal e destinadas à assunção da dívida contratual do estado, e R\$ 9.822,8 milhões em LFT-A junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) e destinadas à assunção da dívida mobiliária.

<b>TESOURO NACIONAL</b>				
<b>EMISSIONES RELATIVAS À ASSUNÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS</b>				
<i>Em R\$ milhões</i>	<i>RIO GRANDE SUL</i>	<i>ESPIRITO SANTO (*)</i>	<i>MATO GROSSO SUL</i>	<i>Nov/98</i>
				<b>TOTAL</b>
<b>1. Dívida Mobiliária</b>	<b>9.822,8</b>		<b>419,4</b>	<b>10.242,2</b>
LFT-A	9.822,8		419,4	10.242,2
<b>2. Dívida Contratual</b>	<b>772,3</b>		<b>639,1</b>	<b>1.411,4</b>
LFT-B	772,3		639,1	1.411,4
<b>3. Financiamento de Bancos</b>		<b>260,4</b>		<b>260,4</b>
LFT-A		103,4		103,4
LFT-B		157,0		157,0
<b>3. Total</b>	<b>10.595,1</b>	<b>260,4</b>	<b>1.058,5</b>	<b>11.914,0</b>

(\*) Contrato de Abertura de Crédito nos termos do art. 3º da MP nº 1.702-30/98.

Também foram emitidos R\$ 1.058,5 milhões em títulos relativos à renegociação da dívida do estado do Mato Grosso do Sul, sendo R\$ 639,1 milhões em LFT-B junto à Caixa Econômica Federal e destinados à assunção da dívida contratual do estado, e R\$ 419,4 milhões em LFT-A junto ao Banco Central do Brasil e destinados à assunção da dívida mobiliária.

Ainda no âmbito da renegociação das dívidas dos estados, foram efetuadas emissões especiais de R\$ 157,0 milhões em LFT-B e de R\$ 103,4 milhões em LFT-A junto ao estado do Espírito Santo, destinadas ao cumprimento do Contrato de Abertura de Crédito, nos termos do art. 3º da MP nº 1.702-30/98. Tais valores correspondem à parcela de 50% dos recursos destinados ao saneamento do Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES).

Adicionalmente, o Tesouro Nacional efetuou colocações de R\$ 1.326,7 milhões em LFT, em nome do Banco do Brasil, com objetivo de substituir aquelas existentes na carteira daquele banco, cujo vencimento estava previsto para 02.12.98.

Foram efetuados cancelamentos de NTN-P e de NTN-H nos montantes de R\$ 673,1 milhões e R\$ 1.431,6 milhões, respectivamente. O cancelamento das NTN-P, que se encontravam em poder do BNDES, ocorreu como contrapartida ao pagamento de dividendos daquela instituição ao Tesouro Nacional. O cancelamento das NTN-H, emitidas como garantia do saldo devedor da Conta Petróleo, Derivados e Álcool, nos termos da Medida Provisória nº 1.682-6/98, deu-se em virtude da redução do saldo devedor a partir da ocorrência dos superávits na referida conta.

A estratégia de colocação das LFT para captação de recursos financeiros em leilão se mantém no mês de novembro. O quadro a seguir apresenta as características das emissões financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional no período:

**TESOURO NACIONAL - EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO**

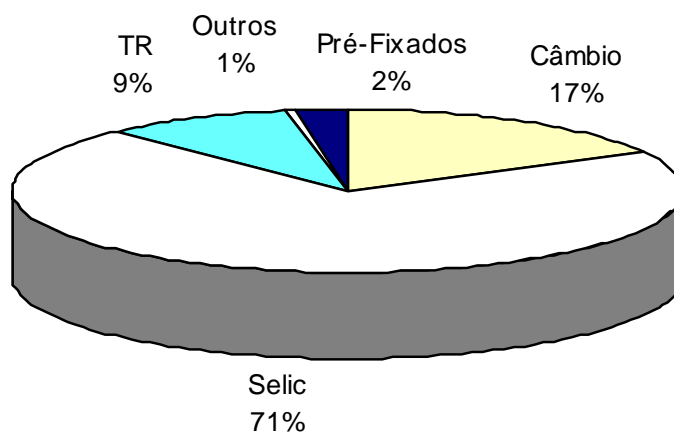
*Novembro/98*

DATA DE EMISSÃO	TITULO	PRAZO	TAXA MEDIA ANUAL/DESÁGIO	Valor (R\$ milhões)	
				Financeiro	Nominal
01/11/98	NTN-D	3 anos	VC + 6% a.a.	500,0	387,9
03/11/98	CTN	20 anos	IGP-M	399,5	41,4
04/11/98	LFT	266 dc/182 du	-0,063%	3.000,0	3.001,4
11/11/98	LFT	266 dc/182 du	-0,072%	2.000,0	2.001,0
18/11/98	LFT	266 dc/182 du	-0,077%	3.500,0	3.502,0
25/11/98	LFT	266 dc/182 du	-0,080%	3.000,0	3.001,7
<b>TOTAL</b>				<b>12.399,5</b>	<b>11.935,4</b>

VC = Variação Cambial

A composição da DPMF em mercado, segundo a forma de remuneração, passou a ser a seguinte:

**COMPOSIÇÃO DA DPMF EM MERCADO POR INDEXADOR  
NOVEMBRO/98**



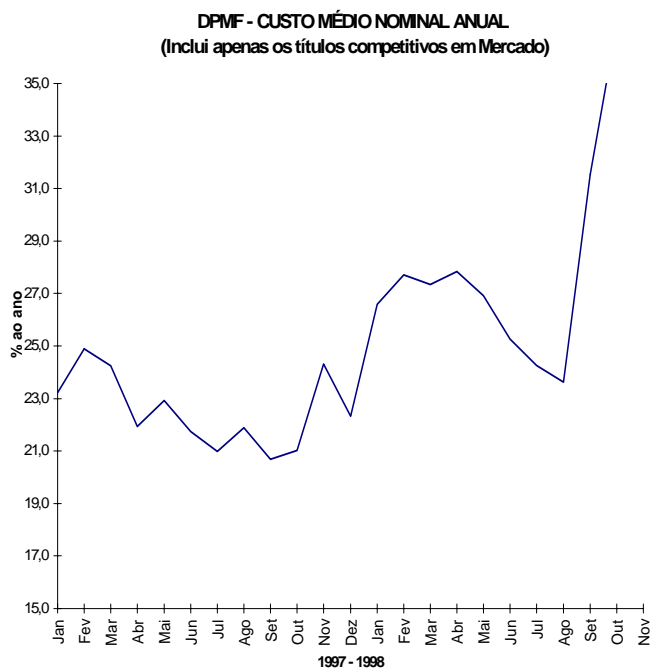
Após as emissões e resgates efetuados em novembro, segue-se a tendência dos últimos meses, onde a participação das LFT sobre o total da dívida mobiliária tem evoluído, subindo de 40,7%, em outubro, para 41,4%, em novembro, enquanto as LTN tiveram sua participação, em igual período, reduzida de 7,9% para 6,4%, conforme observa-se no quadro a seguir.

<b>TESOURO NACIONAL - COMPOSIÇÃO DA DPMFI</b>			
<i>Títulos mais significativos (%)</i>			
<b>TÍTULO</b>	<b>Set/98</b>	<b>Out/98</b>	<b>Nov/98</b>
LTN	12,0	7,9	6,4
NTN-D	8,9	8,2	7,7
LFT	37,0	40,7	41,4
LFT-A	25,3	24,1	26,4
LFT-B	6,3	6,0	6,2
LFT-E	0,4	0,4	0,4
DEMAIS	10,1	12,7	11,5
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Em novembro, o custo médio nominal mensal dos títulos da DPMFI emitidos por meio de processo competitivo em mercado foi de 2,48%, contra 2,67% em outubro, em virtude de uma pequena redução na taxa SELIC. Em termos anualizados, isolando-se o efeito do número de dias úteis no mês, o custo médio caiu de 37,26%, em outubro, para 36,10%, em novembro.

Se somados os títulos emitidos em processo não competitivo de formação de taxas o custo médio anual da dívida pública caiu, atingindo 24,64% em novembro, contra 24,30% verificado em outubro.

<b>DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL - MERCADO</b>			
<b>CUSTO MÉDIO ANUAL (%)</b>			
<b>PERÍODO</b>		<b>TOTAL</b>	<b>COMP(1)</b>
1997	Jan	22,95	23,23
	Fev	24,37	24,89
	Mar	23,59	24,24
	Abr	21,62	21,94
	Mai	22,63	22,92
	Jun	21,48	21,74
	Jul	18,58	20,99
	Ago	21,61	21,88
	Set	20,03	20,69
	Out	20,15	21,02
	Nov	24,74	24,32
	Dez	22,42	22,32
1998	Jan	29,10	26,59
	Fev	26,92	27,71
	Mar	26,56	27,34
	Abr	26,03	27,84
	Mai	23,81	26,92
	Jun	22,68	25,26
	Jul	20,56	24,26
	Ago	21,58	23,62
	Set	27,70	31,54
	Out	24,30	37,26
	Nov	24,64	36,10

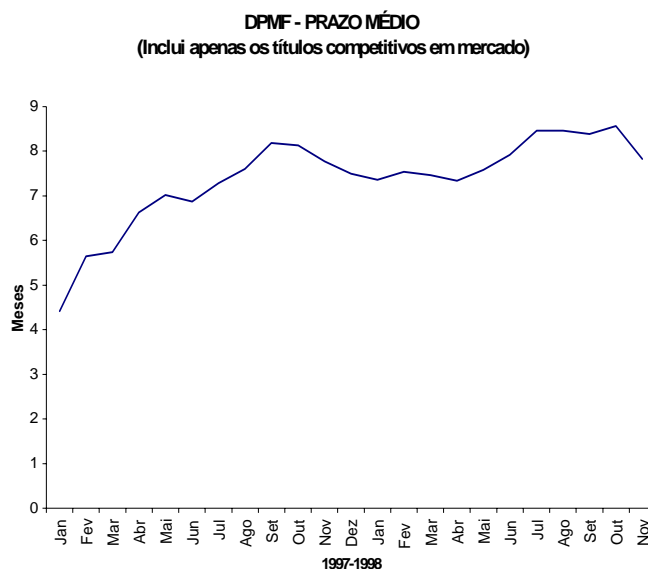


(1) Custo dos títulos competitivos da DPMF-i em mercado.



O prazo médio dos títulos em mercado, emitidos sob processo competitivo de formação de taxas, caiu de 8,57 meses, em outubro, para 7,83 meses, em novembro.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL		
PRAZO MÉDIO NO MERCADO		
PERÍODO		EM MESES
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77
	Dez	7,50
1998	Jan	7,36
	Fev	7,54
	Mar	7,47
	Abr	7,34
	Mai	7,58
	Jun	7,92
	Jul	8,46
	Ago	8,46
	Set	8,39
	Out	8,57
	Nov	7,83



O custo médio da DPMF em mercado, comparado à variação mensal da taxa Selic (representativa do custo de oportunidade do Tesouro Nacional), situou-se em -0,15% no mês de novembro contra -0,26% registrado em outubro.

## II.1.2 - Dívida Contratual

Em novembro, os haveres líquidos totais do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 180,2 bilhões, ou 20,0% do PIB, contra R\$ 174,4 bilhões (19,4% do PIB) no mês anterior, tendo crescido R\$ 5,8 bilhões no período. Deste crescimento, os haveres da STN foram responsáveis por R\$ 4,8 bilhões.

**DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA**  
**SALDOS EM R\$ MILHÕES**

	SET	1998 OUT	NOV
<b>Total da STN</b>	<b>-116.764</b>	<b>-122.425</b>	<b>-127.208</b>
Dívida Bancária	39.377	39.413	39.670
Créditos Securitizados (Exceto CVS)	17.751	16.236	16.210
CVS	3.698	3.697	7.238
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.828	2.919	2.933
Debêntures	719	721	573
Outras Dívidas	232	151	175
INSS	-7.326	-7.542	-7.740
Lei 7976/89	-8.786	-8.863	-8.854
Bônus Renegociação	-16.835	-16.755	-16.869
Lei 8.727/93	-40.282	-40.316	-40.575
Lei 9.496/97	-70.128	-70.864	-79.309
Recebíveis Estados	-2.996	-3.009	-3.023
Recebíveis Estatais	-15.691	-16.001	-15.981
Outros	-9.673	-12.571	-12.197
Créditos Oper. Oficiais	-7.402	-7.501	-7.563
Arrecadação a Recolher	-2.251	-2.139	-1.897
<b>Total de Fundos, Autarquias e Fundações</b>	<b>-49.866</b>	<b>-51.968</b>	<b>-53.023</b>
Fat	-35.558	-35.991	-36.734
Demais Entidades	-14.308	-15.977	-16.289
<b>TOTAL</b>	<b>-166.630</b>	<b>-174.392</b>	<b>-180.231</b>
<b>TOTAL / PIB</b>	<b>-18,5%</b>	<b>-19,4%</b>	<b>-20,0%</b>
<b>Total da STN / PIB</b>	<b>-13,0%</b>	<b>-13,6%</b>	<b>-14,1%</b>

O crescimento dos haveres do Tesouro Nacional decorreu, em grande parte, da entrada em eficácia dos contratos de renegociação de dívida dos Estados de Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul, sob o amparo da Lei n.º 9.496/97, com a respectiva incorporação ao saldo dos haveres do Tesouro Nacional dos valores de R\$ 843,4 milhões e R\$ 8.082,6 milhões, respectivamente.

Merecem destaque também a emissões de CVS no montante de R\$ 3,6 bilhões, com vistas à assunção de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. Desse total, R\$ 2,3 bilhões referem-se a CVSA, R\$ 277,3 milhões a CVSB, R\$ 859,0 milhões a CVSC e R\$ 136,6 milhões a CVSD.

O custo médio da dívida securitizada sofreu um ligeiro aumento em relação ao mês anterior, crescendo de 0,67% ao mês, em outubro, para 0,78%, em novembro. Tal elevação deveu-se, principalmente, à mencionada emissão de CVS em montante expressivo e com um custo superior à média. Esta emissão também interferiu de forma significativa no prazo médio da dívida contratual, elevando-o em aproximadamente 4 meses. Com isso, o prazo médio dos créditos securitizados elevou-se de 77,83 meses, em outubro, para 81,69 meses, em novembro.

## II.2 - Dívida Externa

A dívida externa total brasileira ao final de novembro totalizou R\$ 76,1 bilhões, equivalente a 8,44% do PIB. A dívida mobiliária externa totalizou R\$ 58,5 bilhões, dos quais 81,9% correspondente a bônus de renegociação e 18,1% composto por bônus de captação.

<b>DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL</b>			
<i>Em R\$ milhões</i>			
	SET	1998 OUT	NOV
<b>1.DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>58.000</b>	<b>58.256</b>	<b>58.542</b>
<b>1.1.BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>47.486</b>	<b>47.609</b>	<b>47.929</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.067	1.074	1.081
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.197	5.230	5.265
Par Bond (PB)	5.120	5.037	5.070
Discount Bond (DB)	6.413	6.454	6.497
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.060	2.073	2.087
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.663	8.719	8.777
Debt Conversion Bond (DCB)	10.066	10.130	10.198
New Money Bond (NMB)	2.655	2.672	2.690
Eligible Interest (EI)	6.245	6.221	6.262
<b>1.2.BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>10.514</b>	<b>10.646</b>	<b>10.613</b>
Global Bond 2027	4.150	4.176	4.204
Demais	6.365	6.470	6.409
<b>2.TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-4.198</b>	<b>-4.111</b>	<b>-4.182</b>
<b>3.DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>21.722</b>	<b>22.472</b>	<b>22.119</b>
<b>4. DISPONIBILIDADES DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-359</b>	<b>-352</b>	<b>-378</b>
<b>TOTAL</b>	<b>75.165</b>	<b>76.265</b>	<b>76.101</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL / PIB</b>	<b>8,34%</b>	<b>8,47%</b>	<b>8,44%</b>

O Tesouro Nacional efetuou no mês despesas da ordem de R\$ 337,3 milhões com juros e encargos da dívida externa. Deste total, R\$ 39,4 milhões referem-se a pagamentos a Organismos Internacionais e R\$ 44,4 milhões a Bancos Privados e Agências Governamentais. As maiores despesas ficaram por conta da rolagem da dívida mobiliária externa, assim distribuídas: Bônus Caravela<sup>2</sup> (R\$ 2,8 milhões), Bônus Global 2001<sup>3</sup> (R\$ 39,7 milhões) e Bônus Global 2027<sup>4</sup> (R\$ 211,0 milhões).

<sup>2</sup> Título de captação, emitido no euromercado de acordo com a Resolução nº 57/95, do Senado Federal.

<sup>3</sup> Título de captação, emitido de acordo com a Resolução n.º 57/95, do Senado Federal.

<sup>4</sup> Título de captação, emitido no contexto da operação de reestruturação dos Brady Bonds ("Exchange Offer"), de acordo com a Resolução nº 69/96, do Senado Federal.

<b>TESOURO NACIONAL</b>	<b>Nov/98</b>
<b>Encargos da Dívida Externa</b>	<b>R\$ mil</b>
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>337.325</b>
I.1. Organismos Multilaterais	39.418
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	44.377
I.3. Dívida Mobiliária Externa	253.530
I.3.1. Bônus Caravela	2.788
I.3.2. Bônus Global 2001	39.711
I.3.3. Bônus Global 2027	211.030